

Bispo nega influência sobre posseiros

190
O bispo de Jardim, Dom Onofre Rosa negou que tenha influenciado a decisão das 11 famílias de posseiros que desistiram de serem reassentados no projeto de colonização "Braço-Sul", em Colider, no Mato Grosso, e afirmou que serviu apenas de intermediário nas negociações com os representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra - e da Fundação Nacional do Índio - Funai, cujos funcionários queriam obrigar os colonos a viajarem de qualquer maneira.

Dom Onofre que participava nessa Capital da XXII Assembléia Regional do Extremo-Oeste disse que se encontrava na região da Morraria, na Serra da Bodoquena, para officiar batizados, na companhia de três irmãos. Ele soube da reação dos posseiros e se deslocou até Morraria para servir como mediador. Das 14 famílias que estavam no acampa-

mento de lona, apenas três aceitaram seguir viagem. As outras, depois de ouvir depoimento gravado por posseiros de Cassilândia que visitaram o projeto "Braço-Sul", constataram que as condições de saúde na região matogrossense são precárias e, por isso, negaram-se a deixar Mato Grosso do Sul. O depoimento apontava surto de febre amarela e malária.

O bispo de Jardim revelou que sentiu nos funcionários do Incra e da Funai um insistente propósito de retirar os posseiros do acampamento. Um deles chegou a afirmar que os colonos que não aceitassem o reassentamento em Colider, não teriam a menor chance de obter terra aqui no Estado e que o Incra deveria executar o projeto para gastar a verba que estava à disposição para essa finalidade.

Nas conversações entre possei-

ros e funcionários da Funai, uma surpreendente revelação, que pode comprometer a direção desse organismo, caso seja confirmado: segundo Dom Onofre, um posseiro queixou-se de ter de deixar as terras onde trabalhava, quando três arrendatários da reserva dos Kadiwéus haviam renovado, este ano, seus contratos com a Funai e permanecerão na área. O bispo de Jardim disse que o funcionário confirmou a renovação e ainda justificou que a Funai precisa desse dinheiro para manter sua estrutura.

Depois que os barracos foram desmontados, o grupo desistente permaneceu no povoado de Morraria sem perspectiva e até agora nada se sabe a respeito, a não ser a vinda, há poucos dias, de dois posseiros que pediram ao secretário de Justiça, Juarez Marques Batista, o apoio do

Governo para conseguir auxílio à sobrevivência. O bispo de Jardim acha que a questão da Bodoquena é de difícil solução porque os problemas mais sérios envolvem dois grupos: de um lado os posseiros e de outro os índios Kadiwéus.

A questão Bodoquena, em toda a complexidade, está sendo estudada por uma comissão interministerial, sob a coordenação do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, com a participação do Governo de Mato Grosso do Sul através do diretor-geral do Terrasul, Euclides Faria. O Governo do Estado defende os interesses de um grupo de fazendeiros que ocupa uma área de 165 mil hectares dentro da reserva, incorporada pela medição feita pelo Exército em 1981. Em outras regiões da reserva encontram-se ainda, mais de 80 arrendatários e 406 famílias de posseiros.